

PORTARIA Nº 321 DE DE MARÇO DE 2025

Dispõe sobre critérios para dispensa de análise e emissão de parecer técnico para os Projetos Básicos de Arquitetura pela Vigilância Sanitária, no âmbito do Estado da Bahia.

A **SECRETÁRIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA**, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto Simples publicado no Diário Oficial do Estado em 04 de janeiro de 2023 e o art. 109, incisos I e V, da Constituição Estadual, e:

Considerando a Resolução ANVISA RDC 51/2011 de 06/10/2011, que dispõe sobre os requisitos mínimos para a análise, avaliação e aprovação dos projetos físicos de estabelecimentos de saúde no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e dá outras providências;

Considerando a Resolução CIB/Ba nº 249/2014, que aprova ad referendum a presente revisão da Resolução CIB Nº 084/2011 nos termos constantes dos Anexos I, II e III que apresentam os princípios gerais e estabelece as ações de competência do Estado e dos Municípios na organização, execução e gestão das ações do Sistema Estadual de Vigilância em Saúde do Estado da Bahia, de forma compartilhada, solidária, regionalizada e descentralizada;

Considerando a Portaria SESAB nº 101/2020, a qual dispõe sobre a classificação do grau de risco das atividades econômicas para fins de licenciamento sanitário no âmbito do Estado da Bahia, nos termos da Lei de Liberdade Econômica;

Considerando a necessidade de estabelecer e atualizar critérios, padrões, procedimentos e modelos para a simplificação do tramite de análise, aprovação e verificação de conformidade dos Projetos Básicos de Arquitetura,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer os critérios para dispensa da análise e emissão de parecer técnico para os Projetos Básicos de Arquitetura - PBA junto a todas as instâncias de Vigilância Sanitária do Estado da Bahia.

Art.2º Para efeito desta Portaria, considera-se:

I - Central de Material Esterilizado (CME) simplificada (ou Classe I): unidade funcional onde se realiza o processamento de produtos para a saúde não-críticos, semicríticos e críticos de conformação não complexa, passíveis de processamento;

II - Consultórios Isolados: sala isolada destinada à prestação de assistência médica ou odontológica ou de outros profissionais de saúde de nível superior;

III - Estabelecimentos de Saúde: denominação dada a qualquer local destinado a realização de ações e/ou serviços de saúde, coletiva ou individual, qualquer que seja o seu porte ou nível de complexidade;

IV – Ambulatório: unidade destinada à prestação de assistência em regime de não internação;

V – Imagenologia: unidade funcional, podendo ser também uma unidade física, que abriga as atividades ou ambientes cujos exames e/ou terapias se utilizam de imagens;

VI – Unidade Básica de Saúde: centros de atendimento primário à saúde, onde equipes de Saúde da Família realizam uma gama de ações de saúde;

VII - Centro de Especialidades Odontológicas: estabelecimentos de saúde que prestam serviços

aos usuários do SUS que necessitam de serviços especializados odontológicos, por encaminhamento da Unidade Básica de Saúde;

VIII - Sala de Vacina: local destinado para o acondicionamento de vacinas e administração da mesma;

IX - Métodos Gráficos: exames que avaliam sinais e parâmetros fisiológicos do indivíduo;

X - Academia da Saúde: espaços públicos conhecidos como polos onde são ofertadas práticas de atividades físicas para população. Esses polos fazem parte da rede de Atenção Primária à Saúde e são dotados de infraestrutura, equipamentos e profissionais qualificados;

XI - Oficina Ortopédica: unidades de saúde especializadas que têm como principal objetivo a produção, adaptação e manutenção de dispositivos ortopédicos, como próteses, órteses e outros equipamentos auxiliares, para atender às necessidades de pessoas com deficiência;

XII - Projeto Básico de Arquitetura (PBA): conjunto de informações técnicas, composto pela representação gráfica e relatório técnico, necessárias e suficientes para caracterizar os serviços e obras, elaborado com base em estudo preliminar, e que apresente o detalhamento necessário para a definição e a quantificação dos materiais, equipamentos e serviços relativos ao empreendimento;

XIII - Posto de Coleta Laboratorial: serviço vinculado, societária ou contratualmente, a apenas um laboratório clínico, que realiza a coleta e armazenamento de amostras biológicas, podendo realizar exames permitidos aos Serviços Tipo I e os exames presenciais, cuja realização ocorre no ato da coleta;

XIV - Grau de Risco: nível de perigo potencial de ocorrência de danos à integridade física, a saúde humana e ao meio ambiente em decorrência do exercício de atividade econômica.

Art. 3º Ficam dispensados de análise e aprovação de PBA os consultórios isolados, independente da especialidade atendida.

Art. 4º Ficam dispensados de análise e aprovação de PBA os estabelecimentos extra hospitalares que sejam compostos por um ou mais dos seguintes serviços:

I - Ambulatório (odontologia, consultas eletivas de qualquer especialidade e procedimentos médicos ambulatoriais não cirúrgicos);

II - Sala de vacina;

III - Métodos gráficos;

IV - Posto de coleta laboratorial;

V - Imagenologia odontológica, oftalmológica e ultrassonografia;

VI - Reabilitação (fisioterapia);

VII - Central de Material e Esterilização (Classe 1);

VIII - Unidade Básica de Saúde e similares;

IX - Centro de Especialidades Odontológicas;

X – Academia da Saúde;

XI – Oficina Ortopédica.

Art. 5º A necessidade de análise e aprovação de PBA permanece obrigatória para os casos não citados nos artigos anteriores deste capítulo.

Art. 6º Caso o estabelecimento, dispensado de análise e aprovação de PBA, promova alterações que englobem atividades, setores e unidades não enquadrados nos critérios de dispensa anteriormente mencionados, obrigatoriamente deve apresentar projeto à vigilância sanitária para análise e aprovação.

Art. 7º A dispensa de aprovação do PBA tratada nesta Portaria não exclui a necessidade de avaliação pelos demais órgãos competentes da Administração Pública para respectiva aprovação e atendimento das demais obrigações legais.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Roberta Silva de Carvalho Santana

Secretária da Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Roberta Silva de Carvalho Santana**, **Secretário(a) Estadual de Saúde**, em 12/03/2025, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00109497645** e o código CRC **3253809F**.

Referência: Processo nº 019.5354.2025.0042729-15

SEI nº 00109497645